



Centro Social Paroquial de Avidos

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2019

Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

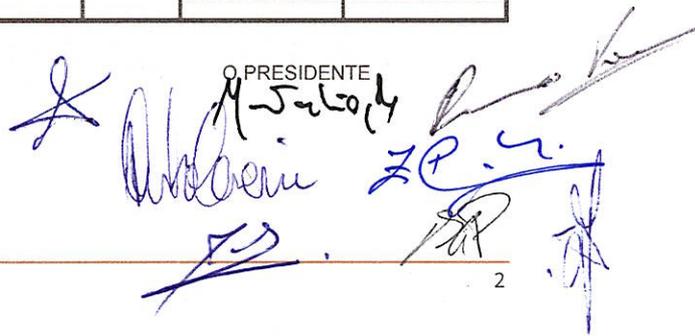
Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2019	2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4.2	2 063 295,19	2 131 584,72
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	11.5	6 780,83	3 612,96
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		2 070 076,02	2 135 197,68
Activo corrente			
Inventários	7.2	5 073,63	3 348,34
Clientes		56 892,91	30 855,50
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos		1 081,24	10 293,73
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber		2 904,84	2 196,98
Diferimentos			
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários		205 096,75	147 970,82
Subtotal		271 049,37	194 665,37
Total do activo		2 341 125,39	2 329 863,05
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		4 987,98	4 987,98
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	3.4	992 591,73	1 453 762,65
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		295 961,88	401 854,06
Resultado Líquido do período		42 452,96	87 511,72
Total do fundo do capital	11.2	1 335 994,55	1 948 116,41
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	616 072,44	
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal		616 072,44	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		39 134,15	48 906,79
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos		19 086,04	16 188,55
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	11.4	173 012,05	215 057,68
Diferimentos			
Outras contas a pagar		157 826,16	101 593,62
Outros passivos financeiros			
Subtotal		389 058,40	381 746,64
Total do passivo		1 005 130,84	381 746,64
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 341 125,39	2 329 863,05

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O PRESIDENTE



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE AVIDOS
R. Manuel Correia Marques, 284
NIF:503 671 665

2

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	8.2	761 389,84	644 917,06
Subsídios, doações e legados à exploração	10.1	382 503,66	357 227,04
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7.3	-145 836,41	-177 833,18
Fornecimentos e serviços externos		-184 164,91	-157 490,58
Gastos com o pessoal		-794 664,63	-639 292,99
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)	9	-67 389,80	
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		171 360,23	139 169,36
Outros gastos e perdas		-741,36	-220,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		122 456,62	166 476,71
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4.2	-74 798,69	-74 026,01
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		47 657,93	92 450,70
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-5 204,97	-4 938,98
Resultados antes de impostos		42 452,96	87 511,72
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		42 452,96	87 511,72

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O PRESIDENTE

Demonstração Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		Unidade Monetária: Euros	
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		841 229,34	727 796,42
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		361 573,85	326 351,45
Pagamentos ao pessoal		506 268,64	639 292,99
Caixa gerada pelas operações		-26 613,15	-237 848,02
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			945,91
Outros recebimentos/pagamentos		141 572,66	289 541,63
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		114 959,51	52 639,52
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		6 509,16	46 092,08
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento		0,00	50 000,00
Juros e rendimentos similares			0,00
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		-6 509,16	3 907,92
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		46 119,45	
Juros e gastos similares		5 204,97	4 938,98
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-51 324,42	-4 938,98
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		57 125,93	51 608,46
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		147 970,82	96 362,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período		205 096,75	147 970,82

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O PRESIDENTE



Anexo às Demonstrações Financeiras

NOTA INTRODUTÓRIA

Anexo elaborado de acordo com a Norma contabilística e de relato financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF – ESNL).

As posições não indicadas correspondem a situações não aplicáveis à Instituição ou a sua apresentação e divulgação não é relevante.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade:

Centro Social Paroquial de Avidos

NIPC: 503671665

Instituição de Solidariedade Social - IPSS

1.2. Sede e localização das instalações:

Rua Manuel Correia Marques, n.º 248

Avidos – V. N. Famalicão

4770-795 – Avidos

1.3. Natureza da atividade:

A atividade do Centro Social Paroquial de Avidos é desenvolvida nos termos dos estatutos da instituição, publicados no Diário da República n.º 246 de 24/10/1998, Série III, e tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Apoio à Primeira Infância, através de Creche.
- Apoio à Terceira Idade, através de lar de Idosos, Centro de Dia para Idosos, Centro de Convívio, Apoio Domiciliário e Apoio Habitacional a Famílias Carenciadas.
- Apoio à Juventude, facultando-lhe Cursos de Formação Profissional que lhe proporcione entrar no mundo do trabalho.

Para desenvolver estas atividades para os utentes a seguir discriminados, a instituição tem nos seus quadros os seguintes trabalhadores, por Resposta Social:

	ERPI	CAD	CD	CRECHE	DIVERSAS	TOTAL
UTENTES	40	39	27	42	3	151
PESSOAL	29	15	11	20	1	76

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com período de reporte consistente com o ano civil e preparadas no pressuposto da continuidade das operações e no regime do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos da Instituição, tendo por base de mensuração o custo histórico, e de acordo com as normas contabilísticas do Sistema de Normalização Contabilística-ESNL (SNC-ESNL), regulado pelos diplomas legais mais relevantes que se seguem:

- DL n.º 158/2009.

- Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de maio.
- Portaria n.º 218/2016 de 23/7.
- Norma contabilística e de relato financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF - ESNL), aditada pelo Decreto-Lei n.º 98/2016, de 2 de junho.
- - NCRF-ESNL Norma Contabilística e de Relato Financeiro – Entidades Setor Não Lucrativo.
- Aviso n.º 8257/2016
- Aviso n.º 8259/2016 de 29/07.
- Portaria n.º 220/2016, de 24/07.

Sempre que a NCRF-ESNL não respondam a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem à Instituição, em matéria de contabilização ou relato financeiro, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que apresente, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, fez-se recurso pela ordem indicada:

- Às NCRF e NI;
- Às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002;
- Às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

A data do Balanço é 31 de dezembro de 2019, e todas as informações se referem ao período de relato, que é o do Ano Civil de 2019.

Todos os montantes se encontram expressos em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras
Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior
Não são comparáveis no Balanço e na demonstração de resultados as contas abaixo indicadas nos mapas respectivos, em resultado da inspeção descrita no ponto 3.4:

Balanço	Notas	2018	
		Aprovado	Corrigido
Resultados transitados	3.4	1 453 762,65	1 020 445,15
Resultado Líquido do Exercício		87 511,72	-27 853,42
Provisões	9		548 682,64
		1 541 274,37	1 541 274,37
Demonstração de Resultados	Notas	2018	
		Aprovado	Corrigido
Provisões específicas	9		115 365,14
Resultado Líquido do Exercício		87 511,72	-27 853,42
		87 511,72	87 511,72

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1. Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

- Continuidade;
- Regime do Acréscimo (periodização económica);
- Consistência de apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação;
- Comparabilidade.

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a.1) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição, ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação em vigor ou ao justo valor calculado com base em avaliações efetuadas por peritos independentes, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Instituição espera incorrer.

Os ativos adquiridos por meio de subsídios do governo são reconhecidos, de igual modo, pelo custo de aquisição ou produção.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, tendo em conta a sua vida útil. Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Bem	Anos
Terrenos e recursos naturais	0 anos
Edifícios e outras construções	6 a 50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Outros activos fixos tangíveis	5 a 20 anos

Os terrenos não são amortizados por não sofrerem desvalorização pela utilização.

O edifício do imobilizado é o da sede e das instalações onde se desenvolvem as atividades da Instituição.

As despesas subsequentes com manutenção e reparação que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que incorrem.

O ganho, ou a perda, resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'X' at the top, 'P.M.N.', and several other illegible signatures.

quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

a.2) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos" e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação dos ativos são registados como gastos na demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

a.3) Custo dos empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Exceto quando sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos em que os custos são capitalizáveis.

a.4) Inventários

As mercadorias estão valorizadas ao custo de aquisição.

O custo de aquisição inclui todas as despesas incorridas até à entrada em armazém.

Se o valor realizável líquido for inferior ao custo, reconhecem-se perdas por imparidade.

A reversão das perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressas na demonstração de resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)".

A Instituição utiliza o regime de inventário permanente.

a.5) Contratos de construção - Obras

A Instituição reconhece os custos das obras de acordo com a data da sua entrada em funcionamento se for uma construção nova, caso em que integra o imobilizado, ou quando a obra estiver completa se for arranjo, manutenção ou reabilitação, caso em que é considerada despesa corrente se não aumentar o período de vida útil e/ou não for considerada uma alteração significativa.

a.6) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, sem consideração dos efeitos de impostos dedutíveis, desde que o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade e for provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade, com as especificações seguintes:

1. Venda de bens: o rédito é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- a. todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- b. a Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- c. os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

PMA

2. Prestação de serviços: o rédito é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as condições sejam satisfeitas, sendo usual o vencimento no final do Mês.

3. Juros: o rédito é reconhecido pelo valor bruto (antes de retenções de impostos), utilizando o método do juro efetivo, e inclui a quantia de amortização de qualquer desconto, prémio ou outra diferença entre a quantia inicial escriturada da dívida e a sua quantia na maturidade. Quando juros não pagos tenham sido acrescidos na aquisição, o recebimento subsequente de juros é distribuído entre os períodos pré e pós aquisição, a somente a parte pós aquisição é reconhecida como rédito.

a.7) Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos, e que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à prestação de serviços decorrentes das respostas sociais convencionadas são reconhecidos como proveitos correntes.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados a investimentos no ativo imobilizado são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Nos casos em que os subsídios estejam relacionados com ativos fixos tangíveis não depreciáveis, ou ativos intangíveis com vida útil indefinida, serão mantidos no capital próprio.

Subsídios do Governo reembolsáveis são reconhecidos como passivos, e como tal registados e apresentados. O eventual benefício decorrente da isenção ou bonificação de juros não é registado como ganho.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Outros subsídios do Governo são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

a.8) Efeitos de alterações em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Instituição) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

a.9) Imposto sobre o rendimento do período

O gasto referente ao imposto sobre o rendimento do período resulta do imposto corrente apurado.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Instituição de acordo com as regras fiscais em vigor.

a.10) Instrumentos financeiros**a. Dívidas de terceiros**

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzido de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período e as reversões nos rendimentos.

b. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

O custo dos juros incorrido com empréstimos é reconhecido na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica).

c. Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo valor do custo.

d. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos montantes líquidos de valores em caixa e nos depósitos à ordem.

a.11) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

a.12) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

a.13) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos funcionários incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, comissões e outras retribuições adicionais que forem decididas pontualmente pelo órgão de gestão.

- a) As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

b) Outras políticas relevantes

As políticas contabilísticas apresentadas anteriormente foram aplicadas de forma consistente com o previsto nas NCRF-ESNL. Na data do balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade.

PMA
 09
 [Handwritten signatures and initials]

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados nas demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.2. Alterações das políticas contabilísticas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 não ocorreram alterações nas políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 não ocorreram alterações nas estimativas contabilísticas da Instituição.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores

A Instituição, foi alvo de uma acção de fiscalização, visando a realização de uma auditoria jurídica, bem como a análise às condições de instalação e funcionamento das respostas sociais Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Creche, efectuada entre 07/11/2019 e 21/11/2019, pelo Departamento de Fiscalização, Unidade de Fiscalização do Norte do Instituto da Segurança Social, para os anos de 2013 a 2019.

O relatório, enviado pelo Núcleo de Fiscalização de Equipamentos Sociais, Sector 2, em 27/12/2019 e apenas recepcionado no CSPA em 31/12/2019, aponta diversas anomalias:

- a) Jurídicas;
- b) das condições de organização, funcionamento e de instalação das respostas sociais; e
- c) dos acordos de cooperação.

O referido relatório refere que existem irregularidades que consubstanciam um incumprimento das cláusulas constantes dos acordos de cooperação celebrados entre o CSPA e o Centro Distrital da Segurança Social de Braga, e que aponta para a possibilidade da a instituição ter que devolver ao Centro Distrital da Segurança Social de Braga a quantia de 619.236,76 €, que terão sido recebidos indevidamente.

O CSPA procedeu dentro do prazo concedido de dez dias ao pronunciamento por escrito, em sua defesa, sobre os factos constantes do relatório.

Em resposta, com data de 09/06/2020, o valor acima referenciado foi reduzido para 616.072,44 €.

DISTRIBUIÇÃO POR ANOS E VALÊNCIAS							
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
SAD	59 135,65	74 596,68	88 479,14	93 747,32	116 234,40	114 233,64	546 426,83
CD						1 131,50	1 131,50
ERPI				374,49	749,82		1 124,31
TOTAIS	59 135,65	74 596,68	88 479,14	94 121,81	116 984,22	115 365,14	548 682,64

Assim, as correcções relativas aos exercícios de 2013 a 2018, foram efectuadas por redução dos resultados transitados no montante de 548.682,64 €. O valor das correcções relativas ao ano corrente foram registadas em provisões do exercício (ver ponto 9.)

3.5. Estimativas

Os custos que pela sua natureza não foi possível atribuir em exclusivo a uma Resposta Social determinada foram repartidos por todas as Respostas Sociais com recurso a uma percentagem ponderada, calculada com base no nº de utentes, de funcionários de cada RS e da utilização das instalações e equipamentos, processo este também aplicado às receitas que não se destinavam a uma Resposta Social determinada.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. As bases de mensuração e os métodos de depreciação utilizados, bem como as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis estão descritos na alínea a) do ponto 3.1.

4.2. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Reforço	Regularização	Saldo em 31-Dez-2018
Custo					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	921 370,03	1 434 821,66	-	-	2 356 191,69
Equipamento básico	256 466,75	4 014,18	-	-	260 480,93
Equipamento de transporte	130 056,36	38 570,00	-	-	168 626,36
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	97 871,72	3 507,90	-	-	101 379,62
Outros activos fixos tangíveis	23 737,98	-	-	-	23 737,98
Total	1 429 502,84	1 480 913,74	-	-	2 910 416,58
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	277 501,14	-	47 408,16	-	324 909,30
Equipamento básico	231 534,42	-	5 153,88	-	236 688,30
Equipamento de transporte	102 553,16	2 500,00	15 614,80	-	120 667,96
Ferramentas e Utensílios	708,34	-	-	-	708,34
Equipamento administrativo	82 482,47	-	5 401,52	-	87 883,99
Outros activos fixos tangíveis	7 526,32	-	447,65	-	7 973,97
Total	702 305,85	2 500,00	74 026,01	-	778 831,86

31 de Dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Reforço	Regularização	Saldo em 31-Dez-2019
Custo					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 356 191,69	-	-	-	2 356 191,69
Equipamento básico	260 480,93	6 509,16	-	-	266 990,09
Equipamento de transporte	168 626,36	-	-	-	168 626,36
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	101 379,62	-	-	-	101 379,62
Outros activos fixos tangíveis	23 737,98	-	-	-	23 737,98
Total	2 910 416,58	6 509,16	-	-	2 916 925,74
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	324 909,30	-	24 791,87	-	349 701,17
Equipamento básico	236 688,30	-	28 865,41	-	265 553,71
Equipamento de transporte	120 667,96	-	15 614,80	-	136 282,76
Ferramentas e Utensílios	708,34	-	-	-	708,34
Equipamento administrativo	87 883,99	-	5 526,61	-	93 410,60
Outros activos fixos tangíveis	7 973,97	-	-	-	7 973,97
Total	778 831,86	-	74 798,69	-	853 630,55

4.3. Restrição de titularidade de ativo fixos tangíveis dados como garantia de passivos

Nada a referir.

4.4. Compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis

No período findo em 31 de dezembro de 2019 a Instituição não tem assumido qualquer compromisso contratual para aquisição de ativos fixos tangíveis.

4.5. Ativos fixos tangíveis expresso por quantias revalorizadas

A Instituição não possui ativos fixos tangíveis revalorizados.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Não aplicável.

6. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Durante o período de 2019 a Instituição não capitalizou custo de empréstimos obtidos.

7. INVENTÁRIOS

7.1. As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, bem como a fórmula de custeio usada estão descritas na alínea a) do ponto 3.1.

7.2. Em 2019 e em 2018, os inventários da Instituição são detalhados conforme se segue:

	2019			2018		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias			0,00			0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5 073,63		5 073,63	3 348,34		3 348,34
Produtos e trabalhos em curso			0,00			0,00
	<u>5 073,63</u>	<u>0,00</u>	<u>5 073,63</u>	<u>3 348,34</u>	<u>0,00</u>	<u>3 348,34</u>

7.3. O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 2019 e em 2018 é detalhado conforme se segue:

	2019		
	Marcadorias	MP, Subsid.	
		consumo	Total
Existência inicial		3 348,34	3 348,34
Compras		147 561,70	147 561,70
Regularizações			0,00
Existência final		<u>5 073,63</u>	<u>5 073,63</u>
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	<u>0,00</u>	<u>145 836,41</u>	<u>145 836,41</u>
		<hr/>	
	2018		
	Marcadorias	MP, Subsid.	
		consumo	Total
Existência inicial		4 048,60	4 048,60
Compras		177 132,92	177 132,92
Regularizações			0,00
Existência final		<u>3 348,34</u>	<u>3 348,34</u>
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	<u>0,00</u>	<u>177 833,18</u>	<u>177 833,18</u>

8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1. As políticas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinação da fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços estão descritos na alínea a) do ponto 3.1.

8.2. Quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período

	2019	2018
Vendas		
Prestações de serviços	761 389,84	644 900,98
Susídios à exploração	382 503,66	357 227,04
Outros rendimentos	171 360,23	139 185,44
Juros		
Imparidades / reversões		
TOTAL	1 315 253,73	1 141 313,46

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Provisões	2019			
	Início	Aumentos	Diminuições	Final
Impostos				0,00
Garantias a clientes				0,00
Processos judiciais em curso				0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais				0,00
Contratos onerosos				0,00
Provisões específicas do sector				0,00
Outras provisões	0,00	67 389,80	0,00	67 389,80
TOTAL	0,00	67 389,80	0,00	67 389,80

Foram criadas provisões no exercício de 2019, para fazer face às irregularidades detectadas na inspecção efectuada pelo Departamento de Fiscalização, Unidade de Fiscalização do Norte do Instituto da Segurança Social, já descrita no ponto 3.4.

10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

10.1. A Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do governo e de outras entidades públicas:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	2019			2018		
	Segurança Social	Município de V. N. Famalicão	IEFP	Segurança Social	Município de V. N. Famalicão	IEFP
Quantia escriturado no início	338 716,62		43 787,04	329 578,08		27 648,96
Reconciliação						
Quantia escriturada no final	338 716,62	0,00	43 787,04	329 578,08	0,00	27 648,96

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1. As bases de mensuração e políticas contabilísticas utilizadas na contabilização de instrumentos financeiros estão descritas na alínea a) do ponto 3.1.

11.2. Durante o exercício de 2019 e 2018, ocorreram os seguintes movimentos relativos aos Fundos Patrimoniais.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

	2019			Saldo 31/12/2019
	Saldo 01/01/2019	Aumentos	Reduções	
Fundos	4 987,98			4 987,98
Resultados transitados	1 020 445,15	-27 853,42		992 591,73
Outras variações de fundos patrimoniais	401 854,06		105 892,18	295 961,88
Resultado Líquido do período	-27 853,42	42 452,96	-27 853,42	42 452,96
Total dos fundos patrimoniais	1 399 433,77	14 599,54	78 038,76	1 335 994,55

	2018 (CORRIGIDO)			Saldo 31/12/2018
	Saldo 01/01/2018	Aumentos	Reduções	
Fundos	4 987,98			4 987,98
Resultados transitados	1 325 737,43	128 025,22	433 317,50	1 020 445,15
Outras variações de fundos patrimoniais	401 854,06			401 854,06
Resultado Líquido do período	128 025,22	-27 853,42	128 025,22	-27 853,42
Total dos fundos patrimoniais	1 860 604,69	100 171,80	561 342,72	1 399 433,77

	2018 (APROVADO)			Saldo 31/12/2018
	Saldo 01/01/2018	Aumentos	Reduções	
Fundos	4 987,98			4 987,98
Resultados transitados	1 325 737,43	128 025,22		1 453 762,65
Outras variações de fundos patrimoniais	401 854,06			401 854,06
Resultado Líquido do período	128 025,22	87 511,72	128 025,22	87 511,72
Total dos fundos patrimoniais	1 860 604,69	215 536,94	128 025,22	1 948 116,41

11.3. Ativos financeiros dados em garantia ou penhor ou promessa de penhor.
No exercício a Instituição não deu ativos financeiros em garantia ou em penhor.

11.4. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano.

a). Dívidas a instituições de crédito.

A instituição contraiu em 2016 um empréstimo bancário, destinado a liquidar os compromissos com o investimento no alargamento e melhoria das suas instalações, no Banco BPI, no valor de 300.000,00€, com um prazo de amortização de sete anos.

	2019		
	Corrente	Não corrente	Total
Financiamento bancário	173 012,05		173 012,05
Locações			0,00
Descobertos bancários			0,00
Total	173 012,05	0,00	173 012,05

11.5. A instituição tem os seguintes investimentos em Fundos:

- Fundos de compensação	-	6.530,83 €
- Quotas Centuris	-	250,00 €

RMA
[Handwritten signatures and initials]

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número de funcionários ao serviço de Instituição no final do período foi de 76, e reparte-se do modo seguinte pelas Respostas Sociais. O número de utentes foi 151.

Valência	N.º Médio de funcionários
Creche	20
Serviço de Apoio Domiciliário	15
Lar de Idosos	29
Centro de Dia	11
Actividades diversas	1
Valência	N.º Médio de utentes
Creche	42
Serviço de Apoio Domiciliário	39
Lar de Idosos	40
Centro de Dia	27
Actividades diversas	3

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**13.1 Autorização para emissão**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão em 15 de Julho de 2020.

13.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

No período que decorreu entre 31/12/2019 e 15/07/2020 não foram detetadas quaisquer situações que impliquem o reconhecimento de alterações às demonstrações financeiras reportadas a 31/12/2019.

14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o art.º 2º do DL 534/80 de 7 de novembro, declara-se que não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

Mais declaramos que, de acordo com o nº 1 do art.º 21 do DL 411/91 de 17 de outubro, não há débitos em mora a Segurança Social e não há acordos de pagamento celebrados com essa entidade.

A Instituição não possui sucursais.

15. OUTRAS DIVULGAÇÕES

Nada a declarar.

Avidos, 15 de Julho de 2020.

O contabilista certificado

A Direção